

GTA | Guião de Trabalho Autónomo n.º 19

HISTÓRIA A 10.º ANO

Tema 2: Dinamismo Civilizacional da Europa Ocidental
nos séculos XIII a XIV – Espaços, Poderes e Vivências
Subtema 3: O Espaço Português



PORQUÊ APRENDER SOBRE...?



O QUE VOU APRENDER?



COMO VOU APRENDER?



O QUE APRENDI?



COMO POSSO COMPLEMENTAR A
APRENDIZAGEM?



PORQUÊ APRENDER SOBRE...?

O poder do rei, em Portugal, era um elemento estruturante da coesão interna de um reino onde existiam senhorios e concelhos. A monarquia portuguesa começou por ser uma monarquia feudal, tendo-se iniciado, depois, um processo de afirmação do poder do rei mediante a centralização do seu poder.



O QUE VOU APRENDER?

- Compreender o processo de autonomização e independência de Portugal.
- Compreender o processo de estabelecimento das fronteiras portuguesas.
- Caracterizar o país senhorial.
- Compreender as especificidades da sociedade portuguesa concelhia.
- Conhecer a organização do espaço urbano.
- Compreender o processo de afirmação do poder régio em Portugal como elemento estruturante da coesão interna e de independência do país.



COMO VOU APRENDER?

GTA 15: Como se caracterizou o processo de autonomização e de independência de Portugal?

GTA 16: Como se caracterizou o espaço urbano e senhorial português? (1.ª parte)

GTA 17: Como se caracterizou o espaço urbano e senhorial português? (2.ª parte)

GTA 18: Como se caracterizou o espaço urbano e senhorial português? (3.ª parte)

GTA 19: Como se processou a afirmação do poder régio em Portugal? (1.ª parte)

GTA 20: Como se processou a afirmação do poder régio em Portugal? (2.ª parte)

Tema 2: Dinamismo Civilizacional da Europa Ocidental nos séculos XIII a XIV – Espaços, Poderes e Vivências

Subtema 3: O Espaço Português



GTA 19: Como se processou a afirmação do poder régio em Portugal? (1.ª parte)

Objetivos:

- Compreender o significado de monarquia feudal.
- Compreender o processo de centralização do poder.
- Compreender o significado de inquirições e de leis de desamortização.

Modalidade de trabalho: individual e em grupo.

Recursos e materiais : caderno diário, manual escolar e *internet*.

TAREFA 1

Consulta, no manual, a informação disponível sobre a monarquia feudal em Portugal.

Em seguida, **lê** o documento 1 sobre a monarquia feudal.

Considerado, portanto, como senhor, o maior dos senhores, o rei nem por isso deixa de ocupar um lugar único, que importa agora definir com algum rigor. Antes de mais, será necessário mostrar que a bem conhecida persistência das tradições romanas e do Direito Público na zona mediterrânica da Europa não impediu que a função régia fosse contaminada pelos conceitos feudais. Estes dominaram (...) até ao princípio do século XIII, e só depois deram lugar a manifestações cada vez mais claras da supremacia monárquica (...).

De facto, a privatização do poder manifesta-se na sucessão ao trono, pois o rei deixa o cargo a seu filho por testamento, como se fosse um bem pessoal, na senhorialização não só do seu património hereditário, mas também das terras de homens livres (...); na maneira que o rei dispõe, como se fosse um bem pessoal (...).

Mattoso, José (1985). *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325. Vol. II – composição*. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 78-79. [adaptado]

- **Explica** o significado de monarquia feudal.
- **Transcreve** uma frase do documento 1 que refira a transmissão do reino, em testamento, ao filho (primogénito) do rei.



- **Seleciona** a única opção correta sobre a monarquia feudal:
- (A) O rei não se apresentava como um senhor, nos primeiros tempos da monarquia portuguesa.
 - (B) O rei concedia privilégios e doações aos senhores, como recompensa pelos serviços prestados, constituindo uma corte de vassallos que lhe prestava auxílio e conselho.
 - (C) O rei não podia transmitir o reino ao seu filho primogénito sem a aprovação dos senhores.
 - (D) A monarquia feudal portuguesa não tinha especificidades próprias, sendo idêntica à de outros reinos de além Pirenéus.

TAREFA 2

Consulta, no manual, a informação sobre a centralização do poder régio.

Em seguida, **lê** o documento 2 sobre a afirmação de poder do rei D. Afonso II.

Poucos meses depois de ter chegado ao trono, Afonso II convocou uma reunião extraordinária da cúria régia. Realizada na cidade de Coimbra em 1211, daí saiu um conjunto de leis que anunciavam o claro propósito de afirmação do poder do soberano. Tais leis são conhecidas através de documentos tardios (...). De qualquer modo, a generalidade destas disposições legislativas revela uma clara coerência política tendente a reforçar o poder do rei. A própria capacidade de elaboração das leis e o exercício da justiça surgiam assim como as mais importantes funções do monarca (...).

Esta política régia de afirmação e de concentração de poder foi elaborada e posta em prática por letrados com formação jurídica, ativos funcionários da Coroa (...). O Direito Romano, sobretudo o de tradição visigótica, fornecia a doutrina e os argumentos para a consolidação de um polo central de poder encarnado pela realeza. As leis de 1211 eram parte desse processo, como o foram igualmente as chamadas «confirmações» e «Inquirições Gerais» pela primeira vez levadas a cabo em Portugal em 1220. A partir de 1216, Afonso II estabeleceu que os senhores laicos ou eclesiásticos detentores de bens, privilégios e jurisdições deveriam requerer a respetiva confirmação de propriedades e direitos por parte da Coroa.

Vasconcelos, Bernardo (2010). Idade Média (Séculos XI-XV). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, pp. 49-51 [adaptado]

Refere a base do poder dos reis portugueses no período medieval.

Explica as funções que se encontravam concentradas no rei.

Identifica o reinado em que foram publicadas as primeiras Leis Gerais.

Transcreve um excerto do documento 2 que fundamente a tua resposta.

O documento 2 identifica medidas tomadas pelo rei para combater os abusos dos senhores. **Indica** as que se encontram referidas no documento.

Refere uma medida régia para combater a expansão dos bens de raiz do clero.



TAREFA 1

- Em Portugal, nos primeiros tempos, existia uma monarquia feudal. O rei considera-se como o senhor entre os senhores, ou seja, o mais importante. Afirma-se como o proprietário do reino, deixando-o em testamento ao seu filho mais velho (primogénito). Os reis davam terras e privilégios aos senhores, como recompensa por serviços prestados, como por exemplo na reconquista. Dessa forma eram estabelecidos laços de dependência entre o rei e os senhores que recebiam essas doações, competindo-lhes o dever de fidelidade, de conselho, e de auxiliarem o rei. A monarquia feudal portuguesa teve especificidades próprias relativamente a outras monarquias europeias, porque a nobreza portuguesa nunca teve capacidade de possuir muitos vassalos e, por isso, a monarquia não correu riscos de se decompor.
- *De facto, a privatização do poder manifesta-se na sucessão ao trono, pois o rei deixa o cargo a seu filho por testamento, como se fosse um bem pessoal...*
- (B)

TAREFA 2

- Os reis fundamentavam o seu poder na doutrina do direito divino e, por isso, entendiam que eram representantes de Deus na Terra. Se consultares documentos do teu manual poderás constatar que o rei se afirmavam como rei “pela graça de Deus”.
- O rei tinha funções militares, sendo comandante-chefe do exército, em caso de guerra. Para além disso, o monarca era responsável por garantir a paz e a justiça. O rei era juiz supremo e só ele aplicava as penas máximas: morte e talhamento de membros. A cunhagem da moeda competia, em Portugal, apenas ao rei.
- No reinado de D. Afonso II. [*Realizada na cidade de Coimbra em 1211, daí saiu um conjunto de leis que anunciavam o claro propósito de afirmação do poder do soberano. Tais leis são conhecidas através de documentos tardios...*].
- O documento refere as confirmações e as inquirições. As confirmações destinavam-se a confirmar os documentos/títulos de posse de terras e de direitos dos senhores. As inquirições tinham como objetivo investigar/averiguar se as propriedades eram imunes ou se existiam terras que pertenceriam ao rei ou rendas que lhe eram devidas.
- As leis de desamortização proibiam a compra de bens de raiz ou de os receberem por doações, procurando evitar-se o aumento do número de bens imunes.



O QUE APRENDI?

És capaz de...

- compreender o significado da monarquia feudal?
- Reconhecer a existência de especificidades na monarquia feudal portuguesa?
- reconhecer que o direito divino era a base do poder régio?
- compreender a centralização do poder do rei?
- reconhecer as medidas régias de combate aos abusos dos senhores laicos e eclesiásticos?

Consegues resolver as tarefas sem ajuda?

Ainda tens dúvidas?

Sugestão:

Analisa as propostas de resolução dos teus colegas. Se necessário, **repete** a resolução das tarefas.



COMO POSSO COMPLEMENTAR A APRENDIZAGEM?

Explora:

[Videoaula 18, A Centralização do Poder Régio - A Reestruturação da Administração Central | Estudo Autónomo](#)



Outros recursos RTP Ensina:

[A centralização do poder régio e as cortes - RTP Ensina](#)



[Cortes de Leiria: um ensaio para a democracia - RTP Ensina](#)



[Três heranças da Idade Média - RTP Ensina](#)

